

Prefácio

Andréa Zhouri
Presidente da ABA (gestão 2023–2024)

Com grande satisfação, a ABA oferece este estudo inédito sobre a *expansão dos cursos de Antropologia na Educação a Distância no Brasil*, de autoria de Guillermo Vega Sanabria, Lucas Maroto Moreira e Flavio Carvalhaes. Trata-se de um livro que resulta de levantamento pioneiro sobre um tema que vem chamando a atenção da comunidade antropológica do país nos últimos anos e sobre o qual ainda não se tinha um conhecimento sistematizado a respeito. Embora a ABA registre um histórico de pesquisas sobre o campo da Antropologia no Brasil (a exemplo de Trajano Filho e Lins Ribeiro, 2004; Simião e Feldman-Bianco, 2018), sobretudo com enfoque nos cursos de pós-graduação e de graduação *stricto sensu*, ainda não contávamos com informações compiladas sobre os cursos de Antropologia *lato sensu*, principalmente os de especialização oferecidos na modalidade a distância, cuja crescente oferta surpreende pelo expressivo marketing nas plataformas digitais.

De fato, foi por meio de uma dessas propagandas, que vinculava o ensino de Antropologia a conteúdos de ordem religiosa e missionária, que o sinal de alerta Acendeu-se para a Diretoria da ABA em meados de 2023. Até então, tínhamos informações muito esparsas sobre a existência de alguns cursos. Faltava-nos, todavia, uma visão de conjunto que pudesse nos orientar sobre questões como o seu quantitativo no país, suas origens institucionais, distribuição por estados, grades curriculares, tipos de formação oferecidas, campos de atuação profissional dos egressos, entre outras.

Considerando os compromissos assumidos pela gestão *Corpos, Territórios e Meio Ambiente: a Antropologia em defesa dos direitos*, da

pluralidade e da vida (ABA 2023–2024), que visavam, entre outras prioridades, a continuidade da luta pela valorização das Ciências Humanas no país e as ações para a proteção e o fortalecimento da atuação profissional de antropólogos e antropólogas em contextos de violência, conflitos ambientais e territoriais, foi solicitado à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ABA um estudo sobre os cursos de Antropologia *lato sensu* no Brasil, com ênfase na modalidade EaD. Se, numa perspectiva geral, a existência de cursos de educação a distância cumpre um importante papel como dispositivo de democratização do acesso à formação superior para grande parte da população brasileira, por outro lado, o mercado da privatização do ensino superior igualmente prolifera desafiando as políticas públicas de regulação e de monitoramento por parte do Estado. Frente aos desafios específicos da formação e da prática da Antropologia no Brasil, sobretudo no que diz respeito à produção de laudos antropológicos em contextos de conflitos territoriais, caberia à Associação Brasileira de Antropologia produzir um conhecimento sobre a configuração desse campo na atualidade. A demanda da diretoria foi prontamente abraçada pelo coordenador da Comissão, Guillermo Vega Sanabria, e recursos da Fundação Ford possibilitaram viabilizar a dedicação de Lucas Moreira à pesquisa por um período de seis meses.

No meio tempo, a diretoria também realizou gestões junto ao MEC. Fomos recebidos em Brasília para uma reunião com a então secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES/MEC), Helena Maria Sant’ana Sampaio Andery, que na ocasião ofereceu um panorama sobre a existência dos cursos superiores na modalidade EaD no país e as políticas do MEC a respeito. Ficamos conhecendo a plataforma e-MEC, por meio da qual os cursos da educação superior são cadastrados, mas não necessariamente credenciados, uma diferença que nos pareceu relevante. As demandas de informações específicas sobre a Antropologia foram, então, formalizadas por meio do ofício 076/2023, datado de 24 de outubro de 2023. A resposta da SERES/MEC foi enviada à ABA em março do ano seguinte, contendo a lista completa com informações dos cursos de Antropologia do país

cadastrados na plataforma e-MEC. A essa altura, a pesquisa de Guillermo e Lucas já estava em fase de compilação dos dados. Um relatório preliminar foi compartilhado com a diretoria e membros do conselho diretor da ABA e, na sequência, apresentado publicamente em webinar realizado em novembro de 2024. Na ocasião, participaram do debate os membros do conselho diretor da ABA, Miriam Pillar Grossi e Antônio Carlos de Souza Lima, assim como Mariana Balen, coordenadora do Comitê de Inserção Profissional da ABA.¹

Este livro resulta, portanto, desse percurso de pesquisa e de ações promovidas pela ABA, sendo acrescido das valiosas contribuições de Flavio Carvalhaes sobre a expansão do ensino superior no Brasil, suas particularidades e como elas se articulam aos cursos de graduação em Ciências Sociais, os quais também são tradicionalmente responsáveis pela formação em Antropologia. Espera-se que este primeiro trabalho panorâmico sobre os cursos de Antropologia no modo EaD no Brasil, realizado principalmente a partir de levantamentos quantitativos, possa inspirar outras pesquisas que não apenas lhe deem continuidade, mas aportem novas questões e iluminem interpretações sobre a atualidade do campo da Antropologia no Brasil e seus desafios. A produção desse conhecimento é fundamental no contexto sociopolítico do país hoje, em que o campo de trabalho para antropólogos abre-se em contextos de desastres e de conflitos socioambientais e territoriais, disputas por terra, água e território, na mesma proporção em que esse trabalho também é colocado em suspeição por forças negacionistas das mudanças climáticas e dos direitos indígenas e de povos e comunidades quilombolas e tradicionais. A formação sólida, ética e responsável em Antropologia é condição basilar para o fortalecimento do campo disciplinar e, acima de tudo, para as incidências da Antropologia na esfera pública do Brasil.

1 Disponível pela TVABA em: https://www.youtube.com/watch?v=iamcUI_lnd8&t=16s. Acesso em: 16 de abril de 2025.